

**HABEAS CORPUS Nº 569.889 - AM (2020/0077628-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JUNIOR**  
**ADVOGADO : CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR -**  
**AM008219**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PACIENTE : J T DA S**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

Trata-se de petição juntada ao AREsp n. 1.648.958 que foi desentranhada e protocolada como *habeas corpus* por ordem do Presidente deste Superior Tribunal.

Conforme consta no caderno do AREsp conexo a este, o acórdão impugnado possui a seguinte ementa (fl. 284):

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - AUTORIA E MATERIALIDADE - COMPROVAÇÃO - PALAVRA DA VÍTIMA - HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA - REFORMA DA SENTENÇA - CONDENAÇÃO - APELO PROVIDO.

I. In casu, ao analisar as versões apresentadas pela vítima, não se pode ignorar a existência de pontos contraditórios que recaem exclusivamente quanto ao local, ao modo e à quantidade de abusos cometidos pelo acusado, mas em nada se referem aos verbos nucleares do tipo - ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso. Tem-se, com isso, que a contradição é pontual e não legitima a absolvição do réu.

2. A eventual inconsistência entre os depoimentos são perfeitamente compreensíveis, notadamente ante o lapso temporal decorrido entre os abusos narrados pelo menor e a tenra idade que possuía. Conforme narrativa da sua genitora, o primeiro episódio de abuso ocorreu quando a vítima possuía 05 (cinco) anos e o segundo aos seus 07 (sete) anos de idade, no ano de 2013. À despeito disso, a última oitiva da vítima em juízo só aconteceu em 16 de agosto de 2017, mais de quatro anos depois do abuso mais recente.

3. A construção pretoriana entende que em crimes contra a liberdade sexual a palavra da vítima possui valor probatório elevado, quando harmonizada com as demais provas dos autos, visto que esses delitos geralmente ocorrem à distância de testemunhas e não deixam vestígios. Hipótese em que o depoimento da vítima que coaduna com a conclusão do laudo de exame anal.

4. É salutar repisar-se que no processo penal o réu não assume o compromisso da verdade, sendo-lhe facultado ficar em silêncio ou até falsear a verdade, em virtude do disposto no art. 5.º, LXIII, da Constituição Federal. Deste modo, para que suas afirmações possam vingar, devem encontrar respaldo nos autos, o que não ocorre no presente caso.

5. Apelação Criminal conhecida e provida.

O paciente foi absolvido em primeira instância da acusação do crime

previsto nos art. 217-A c/c art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal, porém, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo do Ministério Público para condená-lo, como incurso nos referidos dispositivos legais, à pena de 14 anos de reclusão em regime inicial fechado, com a determinação da execução provisória da penal.

Por sua vez, a defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

O impetrante requer, liminarmente e no mérito, a revogação do mandado de prisão, ante a existência de recurso pendente de julgamento e a decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADCs n. 43, 44 e 54.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a prisão, assentou o Tribunal local que *A par da orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Habeas Carpas n.º 126.292/SP e das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, determino, tão logo esgotada a presente instância, que se inicie o cumprimento provisório da pena, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de prisão e comunicando-se ao juízo de origem acerca do resultado deste julgamento, a fim de que expeça, oportunamente, a devida guia de execução provisória da pena.* (fl. 294 dos autos de origem aresp. 1.648.958).

No entanto, em recente julgado, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando as ADC's 43, 44 e 54, firmou compreensão quanto à constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual, *Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva*, estando a citada regra em consonância com o princípio da presunção de inocência.

No caso, ainda não transitou em julgado, pois, em consulta ao sítio processual deste Tribunal superior, consta que o AREsp 1.648.958/AM está pendente de julgamento.

Ante o exposto, defiro liminarmente o *habeas corpus* para obstar o início da execução da pena privativa de liberdade do paciente até o trânsito em julgado da ação penal, salvo se presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar, nos termos do art. 283 do CPP.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator